

FREGUESIA DE SANTANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Territórios e etnia no último quartel do século XIX

QUARTER OF SANTANA IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO
Territories and ethnicity in the last 19th century

v. 7, n. 10
jan/ago (2015)

ISSN.1982-0569

Lucia Silva
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
e-mail: lrentesilva@ig.com.br

Resumo

O objetivo do texto é analisar as práticas sociais tecidas pelos negros no Pós Abolição que marcaram a configuração da antiga freguesia de SANTANA, também conhecida como Pequena África ou Cidade Nova. Esta freguesia estendia-se por grande parte da região do porto, pelas cercanias do Morro da Providência e da Praça Onze. Para conhecer este território é necessário articular espaço, cultura e etnia.

Palavras-chave

Rio de Janeiro, cultura, território

Abstract

The objective of the text is to analyze social practical of the black population developed After Abolition, this action marked the configuration of the old quarter of SANTANA, also known as Pequena Africa (Small Africa) or Cidade Nova (Recent City). This population extended itself for great part of the region of the port, for the environs of the Providencia mount and Praça Onze (Square Eleven). To know this territory it is necessary to articulate space, culture and ethnicity.

Key words

Rio de Janeiro, culture, territory

A proposta fundamental deste texto¹ gira em torno da análise das disputas e lutas que marcam a produção social da memória que está intimamente ligada à construção de um espaço na cidade do Rio de Janeiro que comporta diversos territórios. Para entender a leitura que se faz da freguesia de Santana no último quartel do século XIX é necessário descortinar os embates, político por excelência, entre os diversos agentes que constituem os muitos territórios, mas para isto é necessário explicitar/ afinar os instrumentos de análise.

O primeiro deles é o conceito de espaço. O espaço pode ser pensando enquanto uma segunda Natureza, natureza transformada a partir da problemática do social. O espaço segundo Santos (1979) deve ser visto como uma das estruturas da sociedade. Se considerarmos que,

As formas espaciais não são passivas, mas ativas; as estruturas espaciais são ativas e não passivas, mesmo que sua autonomia seja relativa, com relação as outras estruturas sociais. Mas as formas espaciais, também obrigam as outras estruturas sociais modificar-se, procurando uma adaptação, sempre que não possam criar novas formas (SANTOS, 1979, p.30)

Isto permite dizer que as formas espaciais, cuja "natureza" as torna resistentes às transformações são partes da explicação do processo social. Da mesma forma que não se podem dispensar os elementos constituintes/ constituídos do/no mundo social para pensar o processo histórico não se deve prescindir das estruturas espaciais.

A forma espacial pode ser pensada enquanto sustentáculo ou obstáculo para determinadas relações sociais, daí Santos pensá-la enquanto estrutura. Ainda para Santos "A noção de formação econômica e social é indissociável do concreto, não quer dizer que se pode apreender elementos concretos como uma coisa em si própria" (SANTOS,1979). Isto significa dizer que a forma espacial, para usar o historiador Braudel (1978), pode possuir vários sentidos. Um rio pode representar um obstáculo para um determinado grupo social e por conta disto ser a razão de seu declínio econômico, enquanto para outro grupo este mesmo rio pode representar fator de desenvolvimento. A forma espacial deve ser apreendida de maneira diferenciada por diferentes grupos sociais, mas não dissociada deles.

Ao longo do processo de construção da configuração espacial da cidade do Rio de Janeiro muitos espaços foram construídos e destruídos. Apagados da materialidade ou

¹ A primeira versão do texto foi apresentado no ENANPARQ14, este texto é fruto das preciosas contribuições do debate realizado no evento



presentes, alguns espaços só podem ser entendidos se articulados às práticas dos grupos sociais naqueles lugares; dito de outra forma, os territórios só ganham inteligibilidade por meio da prática da população que ali vive. Nenhuma novidade, pois para Santos o conceito de território em si não é categoria analítica. "A categoria analítica é o *território usado pelos homens*, tal qual ele é, isto é, o espaço vivido pelos homens, sendo também, o teatro da ação de todas as empresas, de todas as instituições" (SANTOS, 2003)

Assim, só o espaço humanizado, posto que vivido, pode ser analisado, transformando-se em território. Ao compartilhar desta afirmativa, essas práticas sociais, fundamentais para vislumbrar esse espaço estudado se revelam inteligíveis sob o manto daquilo que chamamos genericamente de cultura.

Ainda que a articulação entre cultura, etnia e território possam ser utilizados para analisar inúmeros espaços da cidade, os territórios aqui perscrutados são aqueles conformados pela experiência da população negra. O estudo da JerusaLeme (Correio de Manhã 01/02/42), a Praça Onze Judaica (FRIDMAN, 2007) ou mesmo o Catumbi de seus portugueses seriam importantes para o entendimento dos múltiplos territórios que compõem ou fizeram parte da cidade do Rio de Janeiro, mas o que está no horizonte deste texto são as práticas sociais tecidas pelos negros no Pós Abolição que marcaram a configuração espacial da *heróica e mui leal* cidade, articulando-as à experiência urbanística na cidade que visava antes de tudo apagar a alteridade e a diversidade que essa práticas representavam.

O espaço escolhido para esta análise refere-se a antiga freguesia de SANTANA, também conhecida como Pequena África ou Cidade Nova. Esta freguesia estendia-se por grande parte da região do porto, pelas cercanias dos Morros da Providência e da Praça Onze. Ocupando uma área central da cidade, é hoje uma região degradada, mas guarda todos os sinais de uma batalha ocorrida há muito tempo entre uma população com um determinado modo de vida e um Estado omissos e, talvez por conta disto, ao mesmo tempo, opressor.

A importância de recuperar esse round da "guerra de lugares" (ARANTES, 2000) não está somente porque podemos observá-la, ainda hoje sob outra forma, mas porque as táticas construídas naquele momento revelaram-se vitoriosas. Aprender como um grupo conseguiu, mesmo que por pouco tempo, impedir o avanço de um modo de vida assentado no capital e em um modelo de modernidade, é criar instrumento para ler

264





hoje os indícios que desmascaram a presença onipresente da atuação desse capital na cidade.

O que perpassa este texto é a idéia de um urbanismo, o campo de conhecimento que se consolidaria nos anos de 1920, como o instrumento eficaz utilizado pelo Estado para aniquilar os modos de vida que destoavam do modelo de civilização pretendido pelas classes dominantes. O Estado, ao destruir os espaços que potencializavam outras experiências buscava disciplinar toda uma população e colocá-la em sintonia com as ideias de progresso desejadas pelas classes dominantes.

A partir de 1870 a materialidade da cidade seria o laboratório de uma nova forma de pensar a intervenção na urbe. Os problemas que assolavam a cidade estavam deixando de ser da esfera privada para ser da alçada do Estado. Seria ainda um longo caminho para que os problemas urbanos se tornassem consenso entre os profissionais que intervinham na cidade e fossem da alçada do Estado a competência de resolvê-los. Quando estas idéias tornaram-se inquestionáveis, "surgiu como um cogumelo depois das chuvas" uma especialidade especialíssima: O URBANISMO.

Antes da existência desse novo profissional, antigas profissões pensavam e intervinham na cidade, da mesma forma que existiam muitas cidades sob o Rio de Janeiro na década de 1870.

A década de 1870 começaria com o final da discussão sobre a Lei do Ventre Livre, esta seria promulgada em 1871. O que interessa aqui para pensar a cidade são dois elementos intrínsecos à lei. O primeiro refere-se a derrota da noção senhorial que até então permeava aquela discussão, na medida em que essa noção portava em si a idéia de um Estado não interventor em assuntos de ordem privada, tal como era pensada a escravidão; e o segundo a própria estrutura da escravidão que ainda movimentava a cidade.

Para entendermos a ambiência social e política que envolveu a lei de 1871, e como esta ambiência pode ser materializada no pensar sobre os problemas da cidade, em sua própria configuração espacial, devemos perceber que, tal como mostra Chalhoub (2003), antes de 1871 os proprietários de terra e escravos tinham poder político inquestionável, o tempo Saquarema representou a organização e a reprodução dos domínios da vontade senhorial dentro do Estado. Os conflitos sociais que envolviam o senhor e seus agregados se colocavam no campo da política da produção de





dependentes sob a égide do paternalismo, resolvidos sempre na esfera privada, atingindo inclusive o último dos dependentes: o escravo.

A arena política era conformada, segundo o autor, a partir de uma dissimulação, onde o confronto direto era evitado. Os subordinados, apesar da impossibilidade de afirmarem suas diferenças, não eram passivos e por meio de táticas próprias utilizavam e davam outros sentidos ao ritual de dominação, próprio da relação paternalista.

Os senhores, de terras e de escravos, por vezes nobres e funcionários do Estado faziam da cidade do Rio, a então Corte, palco onde parte deste ritual se desenrolava. Pechman (2002) mostrou como este grupo lia a cidade e como se relacionava entre si naquela materialidade. Os manuais de etiqueta eram poderosos códigos de comportamento e se constituíram nas bases das relações da sociedade de Corte. Uma aparência de civilidade foi construída por meio destes manuais, além é claro foram poderosos instrumentos que a nobreza utilizava para fazer uso e interpretar a cidade, construindo aquilo que o autor denominou de sociabilidade urbana.

Sob a sombra da Corte, a cidade emergia enquanto lugar de múltiplas forças, seja do capital mercantil, da massa de escravos, dos homens de "grosso trato", ou como lugar de múltiplas práticas, "onde cidade e corte não se confundem" (PECHMAN, 2002). A cidade que tinha como espaço de sociabilidade a Corte não comportava a cidade da multidão, apesar de estarem intimamente e promiscuamente relacionadas. O que interessa aqui é perceber a materialidade urbana como elemento intrínseco às relações estabelecidas entre os que não tinham acesso a estes manuais, isto é, a maioria da população e a classe dominante.

A partir da década de 70, os profissionais que pensavam a cidade e sempre estiveram em sintonia com as questões políticas de cada momento, começaram a formular soluções urbanísticas que se assentavam na inexistência do escravo. As "maquinarias do conforto" (BEGUIN, 1991) só podiam ser formuladas em uma cidade organizada aos moldes capitalistas e não escravista como era a de então, mesmo depois de 20 anos do fim do tráfico. Pensar em maquinaria do conforto pode parecer extemporâneo naquele contexto, já que só se pode associá-la à cidade capitalista, mas o que estava em curso era a constituição de uma imagem de conforto que remetia e potencializava novas práticas na cidade, inclusive naturalizando-a como única possibilidade de progresso e modernidade.





O plano de melhoramento de 1874 foi o melhor exemplo de concepção de uma cidade organizada fora dos moldes escravistas. Quando ocorreu a Abolição a leitura sobre o que seriam os problemas da cidade já estava em sintonia com a nova realidade. Entre 1870 e 1920 se daria o primeiro round de uma guerra surda na cidade, e os confrontos entre os dependentes e os senhores assumiriam na Corte e depois capital, uma posição dramática, foi desta guerra que emergiria a nova configuração da cidade. A pergunta que percorrerá este texto gira em torno de como experimentaram os pobres da Cidade Nova formado basicamente de ex escravos e descendentes deles nessa guerra.

Antes de tentar responder a esta pergunta, devemos ter em mente que, se na esfera da política formal durante o Segundo Reinado dois partidos políticos se alternaram no governo, a ambiência política que a experiência de 1871 criou, favoreceu o aparecimento de um novo espaço político e nessa nova arena houve rearranjos na concepção de como pensar os conflitos sociais. A sociedade vivenciou este processo de várias formas, uma delas foi a tradução em uma nova maneira de pensar a cidade.

Como já disse, a discussão que envolvia o fim da escravidão implicava em uma nova discussão sobre a cidade. A cidade escravista, tal como o nome diz, assentava-se na existência de equipamentos e estrutura urbana calcados no braço escravo. As redes eram encarnadas literalmente pelos cativos. Não havia problemas urbanos, todas as necessidades de uma economia urbana eram satisfeitas pelo braço escravo. Um bom exemplo disto era a falta de discussão sobre saneamento. Para que pensar em rede de esgoto se na esfera privada podia-se resolver com os tigres?

A proximidade do fim da escravidão levou dois grupos de profissionais a repensar a cidade. Um destes grupos já era acionado para organizar o escoamento da produção por meio da construção de portos, pontes e ferrovias, pois isto já era da alçada da engenharia. Como parte desta estrutura localizava-se na cidade, esse grupo profissional intervinha no *locus* urbano. Esta intervenção era restrita na medida em que somente a materialidade relacionada a estrutura produtiva, aquela voltada para a exportação, era atingida

As demais partes da cidade eram pensadas somente em tempos de crise. As epidemias que constantemente assolavam a cidade eram motor da discussão sobre os problemas urbanos. Os médicos da Academia Imperial eram chamados em épocas de crise para resolver emergencialmente a epidemia do momento. Assim, o Rio nos anos

267





1870 sofria dois tipos de intervenção, a dos engenheiros visando organizar a estrutura produtiva da cidade e os sanitaristas buscando solucionar o problema das epidemias.

Os dois tipos de intervenções aparentemente não se conectavam, mas que na materialidade se juntavam na medida em que ampliar uma rua, seja para aeração ou para melhorar a passagem das cargas, significava a ampliação da via pública e aumento de conforto para a população.

Para além dessas intervenções, as “maquinarias do conforto” eram encarnadas pelos escravos. Com os olhos de hoje, a cidade poderia ser vista como a da mais completa desordem, não só pela inexistência de um discurso sobre os problemas urbanos, mas porque a lógica capitalista de organização dos espaços necessitaria de um longo processo para se impor na materialidade, e isto deveria interpenetrar em varias esferas da vida da cidade.

A primeira delas seria na qualificação do agente leitor da realidade urbana. A engenharia e depois os urbanistas experimentariam um longo processo para se tornarem a voz legítima para falar da cidade (SILVA, 2005), além disto, era necessário retirar do corpo do escravo os equipamentos e mobiliários urbanos, sendo este a principal característica da cidade imperial (BENCHIMOL, 1992).

Discursos e intervenções diferenciadas (a dos médicos e a dos engenheiros), escravos ainda encarnando o mobiliário urbano, a nobreza com o seu modo de vida e uso da cidade, e o debate sobre o fim da escravidão forneceriam subsídios que potencializariam uma nova forma de construir e encaminhar os problemas da cidade. A nova configuração física da cidade seria um produto dessas muitas dinâmicas.

Esse novo ideal de cidade se consolidaria depois de 1920 como materialidade onde se encenaria o “teatro do poder” através de um ritual de domínio e força política. Para entender as tensões sociais que emergiriam nos anos 1870 torna-se necessário articular esse teatro e as demais forças existentes na cidade, entre ela uma materializada no “contrateatro” (THOMPSON, 2001) de uma população que habitava uma região específica da cidade.

A cidade dos arquitetos, a dos médicos e a dos nobres eram muito diferentes entre si e daquelas dos escravos e pobres. Para entender as mudanças que ocorreriam na urbe, deve-se conhecer um pouco da materialidade que comportava as várias cidades nos anos 1870.



Segundo o almanaque Laemmert de 1872, a cidade do Rio de Janeiro, então Corte, Município Neutro, contava com 235.381 habitantes, destes 185.289 eram livres e 50.092 eram escravos. Já o censo de 1872 contabilizava 226.033 para a população livre e 48.939 para a população escrava. Esta diferença deu-se em função dos dados conhecidos pelo Almanaque no momento de sua publicação. Ainda segundo o Almanaque, a maioria da população era formada pelo sexo masculino perfazendo 57% da população. 66% dos moradores da cidade eram brasileiros. (Almanak Laemmert, 1872)

A cidade contava com 11 freguesias urbanas e 8 rurais², essas últimas ocupando cerca de 85% do território do município. De uma maneira geral, as freguesias urbanas, mesmo ocupando 15% do município concentravam a maioria da população, sendo a freguesia de Santana a que comportava o maior número de habitantes, pois segundo o censo 38.903 pessoas habitavam aquela freguesia.

Em 1870 a urbe contava com uma incipiente rede de transporte coletivo. Segundo Silva (1992), a cidade andava sobre os trilhos e sobre as águas. Grosso modo, a Botanical Garden Rail Road, antiga Companhia de Carris Jardim Botânico do empresário Mauá, empresa de bonde sobre trilho puxada por animais, garantia a locomoção da população para a zona sul, enquanto a Rio de Janeiro Street Railway Company, a antiga Companhia de São Cristóvão, assegurava o ir e vir dos habitantes para a zona norte. Outro meio de transporte utilizado pela população, principalmente a suburbana, eram os trens da ferrovia Central do Brasil, que mesmo privilegiando o transporte de café já carregavam 263.306 passageiros anualmente (SILVA, 1992).

Em 1870 a Companhia Ferry dividia com as Barcas Fluminenses o monopólio do transporte de passageiros na baía de Guanabara. A Ferry depois de encampar a Niterói Inhomirin passou a dominar a linha de Niterói, Caxias e porto da Estrela enquanto a Fluminense dominava as linhas de São Cristóvão, Inhaúma e Botafogo. Tanto as companhias de carris quanto as de navegação eram concessões do Estado Imperial.

Assim, tanto os moradores da freguesia da Lagoa quanto da freguesia de São Cristóvão tinham dificuldades de deslocamento. Essas duas distâncias significavam o percurso de mais de uma hora de bonde, na medida em que estes atingiam a velocidade

² Eram elas: Campo Grande, Guaratiba, Inhaúma, Ilha do Governador, Irajá, Jacarepaguá, Paquetá e Santa Cruz



de 11 km por hora. Em 1870 uma nova estruturação urbana estava em processo, e esta em total sintonia com os transportes. A cidade expandia-se em função da capacidade da rede de transporte em garantir a locomoção da população. O preço e a logística das empresas garantiam efetivamente a ocupação determinadas regiões.

Para a zona sul, os bondes partiam do centro da cidade em intervalo de máximo de 10 minutos para Botafogo ou o Largo do Machado durante o dia. Para Laranjeiras esse intervalo era de 22 minutos. Em Botafogo fazia-se a baldeação para o Jardim Botânico, cujos carros trafegavam em intervalos maiores. Os primeiros carros começavam a circular às 5 da manhã e os últimos por volta da meia noite. Para a zona norte ocorria a mesma coisa, os intervalos eram também de 10 minutos e saiam para a Tijuca, São Cristóvão, Rio Comprido, Catumbi e Ponta do Caju (Almanak Laemmert, 1872)

A disponibilidade de condução potencializou a ocupação da zona contígua ao centro e o seu adensamento pode ser contabilizado por meio do balanço das companhias no ano seguinte. Tanto a *Botanical* como a Rio de Janeiro transportaram mais de três milhões de passageiros no ano de 1871. (Almanak Laemmert, 1872, suplemento)

Ao lado da rede de transporte a rede de esgoto sanitário se incorporava à cidade, ou melhor, se escondia, na paisagem carioca, por meio de uma nova estrutura urbana. A rede de esgoto era da alçada da *Rio de Janeiro City Improvements Company Limited*. De capital estrangeiro tinha suas tarifas controladas pelo governo imperial. A região do centro era a mais beneficiada com o esgotamento sanitário. Segundo Benchimol, de 1866 a 1875 foram instalados o sistema de esgoto domiciliar em mais de 14 mil residências, representando 50% dos domicílios da Corte (BENCHIMOL, 1992).

Aparentemente a cidade se tornara mais asseada, mas na opinião de Rebouças (1938, p.202), ela "*se tornara uma cloaca (...) O subsolo desta capital é úmido, podre e saturado de matérias excrementícias pela nefanda rede de rudes canos de esgoto*". A precariedade da rede era confirmada pelas queixas populares e pela organização da própria *City* em atender as reclamações dos consumidores. (Almanak Laemmert, 1872). A rede de esgoto, juntamente com a rede de transporte transformara-se em importante vetor de expansão urbana.

A água era um grande problema, mesmo tendo uma precária rede instalada o manancial não dava conta do uso da população. A Inspetoria de Obras em 1870 afirmava que a cidade contava com mais de 2.302 km de canos. O serviço de

270





distribuição se fazia com 508 bicas públicas, 41 chafarizes com 181 bicas e 4 139 penas d águas espalhadas pela na cidade. A distribuição era tão precária quanto os mananciais de captação. (Almanak Laemmert, 1872, suplemento)

Para fechar este cenário, não poderia faltar a iluminação pública feita por postes de lâmpões à gás com potência de nove velas. Inaugurada em 1854, essa rede cobria em 1870 189 km de ruas, toneladas de carvão fabricavam os milhões de “litros”³ de gás necessários para produzir a iluminação para as residências e ruas.

A cidade em 1870, grosso modo, começava a passar pelo processo de modernização de sua estrutura urbana, ainda que de forma rudimentar. Autores como Benchimol (1992) e Abreu (1988) apontam a década de 70 como o momento em que se deu esta virada. O fim do tráfico em 1850 não potencializou as mudanças que se veriam com a evasão da mão de obra escrava para a produção do café no Vale do Paraíba. A demanda de braços para o Vale do Paraíba teria efeito devastador sobre a economia urbana, isto somado à ambiência política que levaria à lei do ventre livre, se reverteria nas transformações na materialidade da urbe.

O fim do tráfico em 1850 potencializou dois tipos de migração. A forçada, por meio do tráfico interno, e a voluntária com os libertos tentando “fazer a vida” na Corte. Foi nesse processo, denominado por Soares (1999) de Diáspora Baiana, que chegaram Ciata de Oxum (1870) e Dom Obá II (1880), por exemplo.

O cenário do poder começaria a passar por profundas transformações com a implantação das maquinarias do conforto na cidade, nesse processo a freguesia de Santana, onde se localizava a Praça Onze de Tia Ciata, a capital da Pequena África, também passaria por grandes mudanças.

A freguesia de Santana foi criada a partir do desmembramento da freguesia de Santa Rita em 1814. Santa Rita ocupava todo o litoral que ia do atual arsenal da marinha na Praça XV até a Avenida Francisco Bicalho; pelo interior ocupava todo o mangual de São Diogo que penetrava até o atual Campo de Santana. Santa Rita foi criada em 1751. Toda a área era pantanosa e separada por uma “cordilheira” de morros, pontilhadas de pequenas enseadas. Em 1870 era densamente ocupada e possuía duas grandes características. Próximo ao litoral os trapiches dominavam a paisagem e no interior a área pantanosa já estava aterrada dando início a Cidade Nova, entre estas duas micro-

³ Termo utilizado no suplemento do Almanak Laemmert, p 75



regiões havia um paredão formado pelos morros da Conceição, da Providencia, da Saúde e da Gamboa. Com a divisão da freguesia, os Morros da Conceição e São Bento e o litoral no limite da rua do lavradio continuaram a pertencer a Santa Rita, enquanto a parte mais próxima de São Cristóvão passou a ser de Santana, inclusive o litoral (Santo Cristo e Gamboa). Grosso modo, a Rua dos Inválidos era limite entre as duas freguesias, da mesma forma que a atual Camerino e os paredões do Morro da Providência e do Pinto.

A freguesia de Santana em 1870 era a maior freguesia urbana (em termos populacionais) da cidade, contava com 38.903 habitantes, destes 6458 viviam em 154 cortiços. Vinte anos depois ela possuiria 67.533 moradores, com uma população de 13.055 vivendo em 329 cortiços (CARVALHO, 1995). Era a freguesia que concentrava o maior número de cortiços.

Era nessa região que se localizava a Rua Barão de São Felix, moradia de D Obá II, de Tia Ciata, o terreiro de Alabá e onde ficava o famoso Cabeça de Porco. Essa rua era a principal via de acesso e comunicação entre a região dos trapiches e o campo da Aclamação (Campo de Santana)

Na década de 1890 a freguesia deixara de ser a região de pequenas chácaras e de funcionários públicos, lugar de passagem entre o bairro aristocrático de São Cristóvão e o Centro para ser área repleta de habitações populares. Os antigos carregadores dos trapiches, principalmente os baianos⁴ estavam se deslocando do porto para a Praça Onze. Este deslocamento dava-se em função dos baixos alugueis e do processo de degradação do mobiliário urbano na região. Ao mesmo tempo em que os equipamentos e mobiliários urbanos estavam se deteriorando, porque deixara de ser uma região nobre da cidade e por conta disto os investimentos do Estado estavam se direcionando para as zonas sul e norte da cidade, a estrutura existente facilitava a vida dessa população que necessitava estar próxima ao core urbano.

Área contígua ao centro, perto do porto (local de trabalho dessa população), cortada pelas principais linhas de bondes, em processo de degradação e com a maior concentração dos cortiços, significando, portanto alugueis baratos; a freguesia de Santana reunia todas as condições para abrigar uma população que já no tempo da

⁴ São denominados de baianos, o que genericamente denominou-se de Mina na cidade do Rio, ou seja, africanos, baianos e descendentes desta população que buscou recriar uma África mítica em solo carioca. Sobre isto ver SILVA, 2006



escravidão vivia “sobre si” (CHALHOUB, 1999). A Pequena África começou no porto, mas sua capital era a Praça Onze.

Os negros, desde os tempos da escravidão, encontraram no porto o mercado de trabalho privilegiado, local onde escravos de ganho conseguiam a diária do senhor, não só porque até a modernização do porto, o ato de carregar e descarregar eram feitos manualmente, mas porque este serviço podia ser feito com mão de obra avulsa. Com a Abolição, os negros continuaram dominando o cenário do cais, apesar da concorrência dos portugueses.

A freguesia de Santana comportou vários territórios, a Pequena África foi um deles. A região situada no coração da cidade permitia que, em sua materialidade vários grupos convivessem e construíssem táticas diferenciadas de sobrevivência. Sob o manto das classes populares grupos sociais diversos enfrentavam o duro cotidiano e tentavam se incorporar em uma cidade/ sociedade que estava em transformação

O Rio de Janeiro recebeu entre os anos de 1890 e 1929, 362.156 portugueses, em sua maioria pobres e camponeses. Este perfil assemelhava-se de certa forma com os negros que chegavam à cidade, vindos do interior do país no Pós – Abolição, daí a concorrência. Os dois grupos dividiram os bairros populares da zona portuária, mas em condições diferentes.

Os portugueses que chegavam, ocupavam as atividades subalternas oferecidas no mercado de trabalho formal. Eles se empregavam no pequeno comércio varejista, pressionando o salário para baixo no mercado de trabalho regular. Segundo Moura (1995), alguns trabalhos eram recusados pelos negros por lembrarem as atividades aviltantes do tempo da escravidão. Mas com a concorrência dramática, muitos escolheram a informalidade, daí o porto representar uma alternativa concreta de trabalho aos negros.

Os empregos subalternos eram ocupados rapidamente pelos portugueses, mas na estiva a disputa era acirrada, principalmente porque os antigos escravos haviam monopolizado as atividades portuárias até então. A modernização do porto fez desaparecer várias funções, como a do catraieiro, por exemplo, aumentando a disputa entre os dois grupos. A competição na estiva se transferiu para a esfera dos sindicatos, organizados em parte por etnia. A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café foi inicialmente apelidada de Companhia de Pretos e depois apenas de Resistência, nesse sindicato como o nome diz, era reconhecidamente composta por

273





negro, já a União dos Operários Estivadores contava em seus quadros 40% de estrangeiros, em sua maioria portuguesa (ALMEIDA, 2003).

Genericamente, aquilo que denominamos de trabalhos subalternos ficavam para as classes populares, podemos perceber que mesmo ali o trabalho era segmentado. A estiva era o campo onde a concorrência era mais explícita e a força de cada grupo se materializava na disputa do dia a dia por uma jornada. Entre as mulheres, a lavagem de roupa configurava-se em um campo minado onde o tanque sempre coletivo era disputado por elas.

O que gostaria de frisar é que os dois grupos ocupam especialmente a mesma região, mas um deles tinha como modelo, ainda que distante, os valores europeus tais como o catolicismo e o trabalho formal, mesmo que fosse duro conseguiu-lo. Já o outro grupo trazia na memória a recente escravidão e olhava com suspeição o trabalho formal, conseguia sobreviver de pequenos expedientes e tinha como valor as religiões africanas e o "viver sobre si".

Invisível à cidade e a sociedade formal essa população trazia uma memória que deveria ser apagada, essa memória era reconstituída arduamente em seu cotidiano e trazia todas visões de liberdade acumuladas ao longo de décadas por aqueles que sobreviveram nos labirintos das ruas da freguesia de Santana. Isto poderia parecer desafiador a quem tinha como valores o modelo de família nuclear, o sonho da casa própria e a sujeição ao emprego formal como meio de sobrevivência.

Apesar disto, para os dois grupos a cidade e o Porto representavam alternativa concreta de sobrevivência, e sob o manto das classes populares, eles com suas "atitudes bárbaras" (GUIMARAES, 1978) construíram suas formas de resistência. A classe dominante os agrupava sob a denominação de "Zé Povo"⁵, e por isso mesmo os caracterizava como ignorantes e moradores de lugares insalubres tal como descreve Backheuser

São as ruas da Cidade Nova, da Gamboa, da Saúde, de Frei Caneca, que sempre foram a habitual residência da gente pobre (...) E, assim, reunida, aglomerada, essa gente – trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraieiros, caixeiros de bodega, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia, mulheres de vida reles, entopem as casa de cômodos (...), divididos em tapumes de madeiras. Às vezes nem as divisões de madeiras: nada mais que sacos de anagem estendidos verticalmente em septos, permitindo quase a vida em

⁵ Figura utilizada pelos diários cariocas para personificar a população em geral, sempre a qualificando como inculta e ignorante. Ver Correio da Manhã 11/10/1904



comum, numa promiscuidade de horrorizar. A existência ali, como se pode imaginar, detestável” (BACKHEUSER,1905,p.90)

Nas palavras de Backheuser, homens ao ganho estavam no mesmo patamar que o auxiliar de botequim. Vistos como uno pelo engenheiro eram diferentes entre si; as políticas formuladas e as estratégias empregadas pelo Estado não levaram em consideração essas diferenças, daí fracassarem em discipliná-los. A Revolta da Vacina representa, em parte, o fracasso do estado republicano em atingi-los. Foi essa visão única que potencializou, em alguns momentos, a união desses grupos heterogêneos.

Na Pequena África o laço de solidariedade era fundamental para garantir a coesão dos dois grupos, mas os portugueses levavam vantagem em relação a sua inserção no mercado formal, assim cuidar de um conterrâneo que chegava, significava arrumar-lhe um emprego. Entre os negros essa dinâmica comportava a improvisação existente em pequenos expedientes, pois trabalho formal era precário. Genericamente, era comum o auxiliar do botequim ser português, da mesma forma que o vendedor de bala ou “faz-tudo” ser negro.

A Pequena África destoava do restante da cidade porque vivia longe dos padrões desejados pelas classes dominantes. As maquinarias do conforto cobiçadas pelo restante da cidade não era acionada pela comunidade que ali vivia exatamente porque era a sua ausência o condicionante de sua permanência. A falta destas maquinarias era compensada pela organização social centrada na religiosidade da comunidade. O capoeira, a baiana e o malandro faziam parte do universo que compunham este grupo. A cidade pouco sabia o que ocorria na região apesar dessa população fazer parte da paisagem urbana. Vistos como tipos curiosos essa população enfrentava grandes desafios.

A freguesia de Santana concentrava todos os elementos necessários para a sobrevivência dos negros, mantendo-os fora dos padrões capitalistas. Esta paisagem tornou-se cenário para várias práticas sociais que se configurariam como contrateatro, e mesmo levando-se em consideração que neste espaço viviam/sobreviviam outros grupos, tais como os judeus da Praça Onze e os portugueses na zona portuária, os negros eram a maioria no porto em uma cidade de maioria branca, o censo de 1890 contabilizava 37,20% de pretos e pardos na freguesia. Esta população era vista com desconfiança pelo Estado, e por meio da polícia é possível ter indícios de como esse grupo fazia o seu contrateatro.

A freguesia de Santana em 1870 estava dividida em dois distritos policiais, cada um contendo um sub-delegado, seis suplentes, um escrivão, dois ou três oficiais de justiça e 24 inspetores (Almanak Laemmert, suplemento, 1867). Era a freguesia que possuía o maior número de inspetores de quarteirão. Assim como todas as freguesias urbanas, a de Santana era minuciosamente observada pelos inspetores. O que os inspetores observavam nestes quarteirões?

Na época do carnaval, o entrudo, os cordões de mascarados e as brincadeiras com bolas de cheiro; ao longo do ano as maltas de capoeiras. Os famosos Guaiamus e a Cadeira da Senhora eram dois grupos de Capoeiras de Santana que mantinham em alerta a polícia da cidade. Essa população portava na pele a lembrança da escravidão, não fazia muito tempo que ser negro, grosso modo, era ser escravo. As práticas sociais tecidas no cotidiano por esse grupo destoavam da ordem estabelecida, baianas, lavadeiras, capoeiras e estivadores mantinham suas rotinas como décadas anteriores.

Essa organização tinha como base o universo cultural que buscava referência na África e não na Europa. As práticas que compunham o contrateatro colocavam em xeque a idéia de civilização que a classe dominante queria incorporar. As músicas, os curandeiros, as festas populares, o jogo de bicho, as rinhas de galo, enfim, os modos de vida estabelecidos em torno de um tanque, a beira do cais ou de uma mãe de santo tornar-se-iam conflituosos não só porque se definiam alternativamente ao modelo de civilização cujo suporte estava, em parte, nas maquinarias do conforto, e principalmente porque os encarregados de reprimir (os inspetores de quarteirão), segundo Bretas (2000), também estavam inseridos nesse universo cultural.

O estado republicano tinha a tarefa de disciplinar as classes perigosas à luz das teorias científicas e dos medos da classe dominante. Transformar o ex-escravo em um bom trabalhador era uma árdua empreitada, primeiro porque as teorias científicas comprovavam que o negro era biologicamente inferior ao branco, e segundo, a idéia que o cativo em si produziu vícios e degeneração era corrente, produzindo desconfiança sobre a atuação desse grupo seja no trabalho ou fora dele.

Por outro lado, entre os negros a memória do cativo era recente e isto provocava também entre eles a suspeição sobre o ideal do bom trabalhador, na medida em que esse passava, naquele momento, pela obediência aos patrões. Se para a classe dominante o bom cidadão seria o bom trabalhador, os negros a priori apresentavam-se como classes perigosas. A vadiagem, vista como contravenção, foi utilizada pelo Estado

como um dos mecanismos para controlar essa massa perigosa que ameaçava o novo ideal de ordem republicana.

Para esse grupo, trabalhar não era sinônimo de ter patrão e as atividades portuárias permitiam isso. A sazonalidade no porto possibilitava, mesmo que ainda de forma rudimentar, e até por conta disto, permanecer fora do mercado formal e longe do ideal de trabalhador, já que não positivava o trabalho. Sob o signo da vadiagem um conjunto de experiências desse grupo foi rigorosamente punido, assim as bebedeiras, a capoeira e os rituais.

A “turma da viração” (SILVA, 2006) gostava de beber, de candomblé e de rinha de galo, essas práticas podiam significar uma desculpa para a vadiagem, na medida em que o exercício dela estava atrelado ao imaginário do não-trabalho. A amplitude do conceito de vadiagem era extremamente eficaz para o controle desse grupo por parte do Estado, afinal ser vadio era aquele que não tinha um emprego regular. O que se enxergava como desordem era alternativa concreta de sobrevivência. Sem idealizar aquele modo de vida, que se assentava na precariedade, e até por conta disto criava táticas diferenciadas de sobrevivência, garantia continuidade do grupo. O salário de uma jornada podia significar o dinheiro da aposta da rinha ou o pagamento do aluguel da estalagem, em ambos o que estava em jogo era a manutenção dessa precariedade. Ganhar um dinheiro na rinha se constituía em uma alternativa ao trabalho, da mesma forma que pagar o aluguel, pois em ambos os casos permitia-se ficar sem trabalhar por algum tempo.

A lei Alfredo Pinto de 1899 ratificou a organização e eficiência à caça aos vadios, ao mesmo tempo em que colocava a bebedeira e a falta de domicílio efetivo como contravenção. Esses dois últimos foram incorporados mimeticamente à vadiagem, fechando então o cerco a esse grupo. O fato de encontrar um indivíduo ébrio não significava que não trabalhasse, mas ao encontrá-lo em horários considerados impróprios, como de manhã, por exemplo, seria prova incontestável de que ele seria vagabundo, porque não se levava em consideração que beber de manhã poderia ser próprio dos estivadores que trabalharam uma jornada noturna. O aparato policial estava estruturado para perseguir justamente esses trabalhadores, e apesar da capoeiragem ser uma contravenção, os grandes capoeiras que trabalhavam para os políticos da cidade, raramente eram incomodados (DIAS, 2001).

A organização policial e suas arbitrariedades mostraram que se por um lado Estado deixava claro, por meio de seus agentes, aquela massa não estava preparada para viver em liberdade necessitando, portanto de controle constante, por outro a arbitrariedade era um dos mecanismos de disciplinarização, pois pouco importava se o indivíduo era inocente ou culpado, ele acabava ficando em média quase um mês preso; segundo Matos (1991) “aprendendo uma lição” por meio da única pedagogia conhecida pelo estado republicano para estes grupos.

Homens e mulheres eram presos sob a alegação de vagabundagem, mas o que permeava esta realidade era aquilo que Evaristo de Moraes chamou de vagabundagem involuntária, isto é, a sazonalidade do trabalho comprometendo a idéia de um emprego regular (Moraes *apud* ARANTES, 2005). Era tênue a separação entre o mundo do trabalho e do não-trabalho. O poder público não tinha como saber quem vivia nesta precariedade por opção, por incapacidade de inserção no mercado formal, ou como alternativa de sobrevivência.

Para o que cabe aqui, o que deve ser destacado é a espacialização desta população. A região que comportava a Praça Onze e a zona portuária concentrava essa população, negra em sua maioria. Sem negar as relações de solidariedade estabelecidas entre esse grupo e os demais, principalmente os portugueses do porto, é importante frisar que todo o aparato de repressão construído pelo Estado republicano foi pensado preferencialmente para os negros.

O medo desta população estava espacialmente delimitado na cidade, o cortiço Cabeça de Porco, o Bairro Rubro e depois a Favela ficavam em Santana. Assim esta freguesia pode ser apreendida levando-se em consideração a articulação entre cultura, etnia e território. O que causava medo naquela cidade pode ser entendido a partir da explicitação da população, em sua experiência cotidiana, na negação do projeto de civilização pretendido pelas classes dominantes e defendido pelo estado republicano.

Excluídos pelo/do novo estado, os negros construíram seus modos de vida distante do modelo pretendido do restante da cidade, este se assentava em uma recriação de uma África possível na cidade, com as Mães de Santos conduzindo essa grande família. Samba, candomblé, pequenos expedientes e precariedade financeira devem ser acionados para dar inteligibilidade a vida desta população, e mais do que características culturais, estas podem ser pensadas enquanto táticas de sobrevivência. Essa população,



apesar de heterogênea, tem em comum uma forma de dar sentido ao mundo e uma rede de significados que lhes são próprias.

A vida cultural pode ser apreendida nos diversos argumentos utilizados nas prisões por vadiagem, e foi um poderoso fator de coesão do grupo, principalmente no que se refere a religião, além de ser elemento de incorporação dos outros segmentos sociais que viviam na cidade, também e principalmente os mantinha unidos; um exemplo disso era o candomblé de João Alabá que não só confirmou o santo de Ciata de Oxum, mas era também um importante terreiro freqüentado por políticos e delegados da cidade.

A identidade desse grupo foi construída nos labirintos das ruas da cidade a partir de sua história de luta e vitórias. Foi um árduo caminho para viver "sobre si" e a primeira república ao querer discipliná-los, tentando enquadrá-los no modelo de "bom trabalhador" não levava em consideração essas memórias. O que era encarado como ócio era parte da rotina dessa massa que labutava.

Essa população vivia da economia da cidade e por conta disto fixava-se em uma determinada região, visto que era próxima ao *core*. Esse espaço duramente construído por uma rede de significações que buscava a África como suporte foi recriado de várias formas, desde o berço do samba, como lugar de malandro até Bairro Rubro. A partir da estreita relação com a materialidade foram construídas suas táticas de sobrevivência. A Favela e os inúmeros cortiços da área tornaram possível a construção de modos de vidas assentados na lavagem de roupa, no trabalho nos trapiches e principalmente na existência de personagens que parecem ter saído da obra de Azevedo (1997) como Rita Baiana, Jerônimo, João Romão, Bertoleza, Firmo e Machona.

O espaço foi suporte daquelas práticas sociais e ajudou a conformar o território da Pequena África, que longe de ser só dos negros, mas que se assentava na experiência negra criou uma dinâmica e um ritmo que se diferenciava do restante da cidade, que desejava ser a Paris dos Trópicos. Enquanto espaço experienciado, aquela região carregava em sua materialidade todas as marcas dos posicionamentos daquele grupo em relação à sua história e suas memórias. Esses posicionamentos auxiliaram a constituir a identidade do grupo, não só como alternativa ou não-alternativas em relação a sociedade e o Estado, mas como rede de significados às práticas cotidianas. Esse grupo fazia daquela região um porto seguro para o seu modo de vida. As pedras do cais acolheram e souberam preservar um universo cultural temido pelo restante da cidade. As classes dominantes teriam que esperar pelo URBANISMO para eliminar do

279





espaço urbano a materialidade que potencializava essas outras formas de vivências, mas ainda permanece uma pergunta: do que tinha medo as classes dominantes e o estado republicano?

Utilizo as palavras do Hall (2005) para tentar responder a esta questão: “O medo – medo interno, assustador – de conviver com a diferença”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: IPLAN/Jorge Zahar ed, 1988
- ALMEIDA, L G N de. *Estivadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003
- ARANTES, E B. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do Séc. XX*. Campinas: Unicamp, 2005 (dissertação de História)
- ARANTES, A A. *A Paisagem Paulistana*. Campinas: Unicamp, 2000
- AZEVEDO, A. *O Cortiço*, 30ª ed. São Paulo: Ática, 1997
- BACKHEUSER, E. Onde Moram os pobres. *Revista Renascença*, Rio de Janeiro, Ano II, n 13, pp 89-94, março 1905
- BEGUIN, F. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaços e debates*. São Paulo: NERU, vol 34, ano XI, pp 39-54, 1991
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: SMCTE, 1992
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978
- BRETAS, M. A policia das culturas. In LOPES, A H. *Entre a Europa e a África*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000
- CARVALHO, L A. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: SMCTE, 1992
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia das letras, 1999
- CHALHOUB, S. *Machado de Assis: o historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- DIAS, L S. *Quem tem medo de capoeira?*. Rio de Janeiro: SMC, 2001
- FRIDMAN, F. *Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007
- GUIMARAES, F (Vagalume). *Na roda do samba*, 2ªed, Rio de Janeiro: Funarte, 1978
- HALL, S. Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. *Projeto História*, São Paulo: Educ, n 31, 2005





- MATOS, M B de. *Contravenções e Contraventores no Rio de Janeiro da Virada do Século*. Niterói: UFF, 1991 (dissertação de História)
- MOURA, R. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: SMC, 1995
- PECHMAN, R. *Cidades Estreitamente Vigeadas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002
- REBOUÇAS, A. *Diário e anotações autobiográficas*. Rio de Janeiro: José Olímpio ed, 1938
- SANTOS, M. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979
- SANTOS, M. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol 8, n 1, pp 309-314, 2003
- SILVA, M L P da. *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SMCTE, 1992
- SILVA, L. *Luzes e Sombras na Cidade*. RJ: SMC, 2006
- Silva, L. Espaço e cultura Urbana. A emergência de uma cultura urbanística na cidade do Rio de Janeiro. In MOURA, A. M. e SENA FILHO, N (orgs.) *Cidade: relações de poder e cultura urbana*. Goiânia: Ed Vieira, 2005
- SOARES, C E L. *A Negra da Instituição: os capoeiras na corte imperial*. Access ed, 1999
- THOMPSON E P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001

